

Intervenção de João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Assembleia da República, 3 de março, 15:00 horas

Debate sobre a seca a requerimento do Partido Comunista Português

Senhoras e senhores deputados,

A seca em Portugal não é conjuntural – é estrutural. O vale do Tejo traça uma linha a meio do nosso país que determina a distribuição de água. A Sul, escassez e intermitência; a Norte, mais disponibilidade mas cada vez mais rarefeita. É esta a nossa condição – é a ela que temos de nos habituar.

Os estudos não nos deixam dúvidas. Nos últimos 20 anos, a precipitação em Portugal e Espanha diminuiu cerca de 15%, prevendo-se que diminua entre 10 a 25% até ao final do século.

A adaptação, uma das palavras chave do Acordo de Paris, significa a necessidade de nos aclimatarmos. Temos de nos adaptar às novas condições das alterações climáticas – não é o território que tem de se adaptar a nós. Isto significa vivermos com menos pluviosidade, menos água nas barragens, menor disponibilidade dos aquíferos e mais incerteza na distribuição da chuva, ao longo do ano, das estações e até dos dias.

Temos, assim, de ser cada vez mais parcimoniosos no uso da água. Temos de a poupar, em casa. Temos de preservar, nas suas fontes. Temos de a usar regradamente, na agricultura. Temos de a devolver, em bom estado, aos cursos dos rios, depois de utilizada. Temos de a reutilizar, para finalidades que não exijam a sua potabilidade.

São estes princípios que têm guiado a nossa ação.

Para que água de elevada qualidade chegue a nossa casa, em segurança, foram investidos, em 25 anos, mais de 13 mil milhões de euros, uma média de cerca de 500 milhões de euros anuais. No âmbito do POSEUR, para reforçar o abastecimento, para diminuir as perdas, para tratar os efluentes, foram mobilizados 560 milhões de euros de fundos europeus, que financiaram 940 operações no continente. Investimentos que permitiram construir ou remodelar mais 3300 quilómetros de redes de drenagem, 317 ETARs, melhorando ao serviço de abastecimento e de saneamento a mais de 4,6 milhões de portugueses.

Entre 2015 e 2020, foram reabilitados mais de 1400 quilómetros de rios ribeiras e foram investidos 160 milhões de euros na rede hidrográfica. As principais intervenções tiveram como objetivo a proteção e valorização dos recursos hídricos, tendo por base medidas que garantissem o escoamento nas linhas de água, a minimização da erosão e das cheias e inundações e o uso balnear. Após os incêndios de 2017, 57 municípios foram apoiados na recuperação de cursos de água afetados, um investimento de 11,4 milhões de euros em soluções de base natural.

Este extraordinário esforço permitiu-nos aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento às mudanças rápidas a que assistimos. Podemos também lembrar outras medidas que tomámos, com o mesmo propósito: a revisão das licenças de emissão no meio hídrico, para adaptar a atividade industrial às disponibilidades hídricas sazonais, a limpeza do leito do Tejo, os investimentos no reforço do sistema de diques do Baixo Mondego, o reforço das interligações no Alentejo, levando a água do Alqueva a mais locais e reforçando a segurança do abastecimento na zona mais afetada pela seca.

E o futuro? Os investimentos em abastecimento e saneamento passarão de 875 milhões de euros (do atual Quadro) para mais de mil milhões de euros no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Mas teremos 14 vezes mais fundos (57 M€ vs 4 M€) para apoiar a reutilização de águas residuais, dando um impulso decisivo a estes projetos.

Senhoras e senhores deputados,

A água é circular, por natureza. Transforma-se, uma e outra vez, regenerando-se continuamente em diferentes formas. No entanto, a sua sobre utilização e degradação impõem-nos um teto ecológico e a necessidade imperativa de usar a água de forma integrada, desde a sua gestão territorial e valorização, até à sua utilização na indústria e em casa.

Por isso, dos investimentos previstos no Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, a zona do país mais afetada pela escassez hídrica, uma parte substancial é dedicada à reutilização de água e à diminuição das perdas.

Um ponto de situação: já foi lançado o 1º Aviso para a redução de perdas no setor urbano, com a dotação de 14 M€, tendo sido submetidas 26 candidaturas em fase de avaliação, no total 19,6 M€.

Para reduzir as perdas de água e aumentar a eficiência no sector agrícola, encontram-se em elaboração as peças de procedimento de contratação pública. Também em curso está a definição dos avisos para apoio à melhoria de eficiência nos regadios individuais.

Para aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta já foi lançado o concurso para a captação no Pomarão e lançada a empreitada para aproveitar o volume morto da albufeira de Odeleite. Está também adjudicado o Estudo Prévio para o sistema de dessalinização, prevendo-se a sua Avaliação de Impacto Ambiental já este mês.

Senhoras e senhores deputados,

É conhecida a hierarquia de usos que estabelecemos para água, num quadro de escassez deste recurso. Primeiro, e antes de todos os outros, o consumo humano. Por isso, estabelecemos quotas mínimas nas albufeiras, limitando outros usos nas que se aproximavam do limiar de segurança.

A situação tem sido acompanhada dia a dia, pela Agência Portuguesa do Ambiente. Nessas barragens, o volume de água está a recuperar. Lentamente, mas a recuperar. Aconselha-nos a prudência e a defesa do bem público que estas limitações se mantenham enquanto a situação nestas barragens não se alterar. Dependendo das chuvas desta primavera, modificaremos as medidas (reforçando-as ou aligeirando-as) conforme a evolução da situação. Mas uma coisa é certa: o uso principal e mais nobre está assegurado por dois anos.

Obrigado.